

EDITORIAL

A inflação “geriátrica” não visita o Copom

Na última década a parcela da população com mais de 60 anos foi a que mais sentiu o impacto da inflação. Os cálculos são da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e mostram que, enquanto o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) acumulou, entre 1994 e 2004, alta de 176,5%, o Índice de Preços ao Consumidor da Terceira Idade (IGP-3I) subiu 226,14%. A teoria econômica tem explicação para esse fato. O economista Marcelo Nery, da FGV, mencionou a descoberta de evolução de rendimentos nessa faixa etária, ao lembrar que os idosos alcançaram ganho maior nos últimos dez anos. Ele lembrou que, de 1991 a 2000, a parcela da renda do trabalho no total de recursos das famílias brasileiras caiu 8,5%, enquanto a representada por aposentadorias e pensões para pessoas entre 65 e 75 anos aumentou 54%. Não sem motivo o economista considerou que “ai pode ter uma inflação de demanda”.

Porém, se as estatísticas comprovam que os reajustes dos aposentados foram mais robustos que os dos de-

mais segmentos populacionais nesse período, os gastos dos velhinhos também foram significativos. As despesas com habitação, por exemplo, são maiores para os idosos (33% da renda média) do que para as demais faixas etárias (31%). Os preços administrados, (reajustados por contrato pelo governo) incidem com mais força na terceira idade.

Como essa faixa etária fica mais tempo em casa, tarifa de energia elétrica tem mais peso na renda mensal. O peso dos gastos no orçamento familiar é adaptado à realidade desse segmento, por exemplo, educação e transporte contam pouco. Mas os reajustes administrados dos remédios e planos de saúde têm peso bem maior. O IGP-3I mostrou que a fatia do orçamento destinada à saúde, que na média das faixas etárias até 59 anos consome 10,36% do orçamento familiar, no caso dos idosos representa 15,03%.

Os 18 milhões de aposentados, 60% com salário mínimo, ganham 16% da renda nacional, que é gasta pagando preços administrados

A influência da educação no orçamento familiar é significativa conforme a idade dos filhos, quando adultos compõem a maior parte do núcleo a influência principal é a dos gastos de transporte e itens vinculados ao trabalho. Na inflação dos idosos, preços controlados são os determinantes.

É certo que a “inflação geriátrica” detectada pela FGV não comove o mercado. Pela sexta vez consecutiva, o levantamento feito pelo Banco Central (BC) com 100 bancos e empresas de consultoria, “sentenciou” que a expectativa do mercado é que a alta do Índice de Preços do Consumidor Amplo (IPCA) — referência para as metas de inflação — deve alcançar 6,04% em 2005, ante 5,88% projetado na pesquisa da semana anterior. Um respeitável estouro para o centro da meta.

É temeroso sinal, pois, na próxima semana o Comitê de Política Monetária estará reunido para decidir se

19,25% ao ano de taxa de juros básica é suficiente para deter qualquer impeto inflacionário. Os dados de anteontem da pesquisa do BC foram suficientes, por exemplo, para gerar, ontem, leve alta nos contratos de juros futuros para vencimento em janeiro, de 19,53% para 19,54%.

Por outro lado, o relevante perfil da “inflação geriátrica” não deverá estar presente na reunião do Copom. Esse perfil confirma que são os preços administrados que infernizam a vida econômica dos brasileiros. Sem contar que a pesquisa da FGV exhibe quadro especialmente perverso da formação de renda no País: os 18 milhões de aposentados, dos quais 60% ganham um salário mínimo representam, segundo a pesquisa da FGV, 16% de todo o rendimento que gira na economia brasileira.

A rigor, não há novidade nessa constatação. Basta ver o desafiado interesse que os bancos estão revelando pelo crédito consignado para aposentados. A iniciativa, entre outras, expande o estoque de crédito, apesar do aperto mone-

tário: no último trimestre de 2004 e no primeiro deste ano, a expansão do crédito nunca foi inferior a 2% ao mês.

Esse conjunto de fatores exhibe por inteiro os motivos pelos quais a “inflação geriátrica” não estará presente na próxima reunião do Copom. A inflação de demanda dos velhinhos, quase toda ela composta de preços administrados, é imune à taxa de juros do Copom. Depois, como a renda dos aposentados é garantida, o risco é zero, o crédito-consignado consome essa renda apesar de todo o aperto monetário imposto pelos juros estratosféricos do Copom.

Os velhinhos estão apenas provando o quanto os chamados “canais de transmissão” da política monetária estão perdendo eficiência. O pior é que depois de seis inúteis aumentos dos juros, os analistas do mercado financeiro continuam projetando inflação maior, despertando a sanha das cassandras pessimistas. Com seus resultados costumeiros no valor da taxa de juros básica

Para imprimir, enviar ou comentar, acesse: www.gazetamercantil.com.br/editorial